

ARTIGO

Teorias "modernas" do direito penal

pág. 6

ENTREVISTA

Des. Jesus de Oliveira Sobrinho

pág. 5

COMARCAS

Juizes atuam na comunidade

pág. 9 e 10



Jornal **AMAMSUL**

Jornal Informativo da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul - Março de 2011

Nova diretoria toma posse



PALAVRA DO PRESIDENTE



Caros Colegas,

Iniciados os trabalhos relativos à associação há pouco mais de um mês, uma das maiores preocupações da nova diretoria fora não só buscar integração e defesa dos associados, mas também deixá-los informados de tudo que está ocorrendo.

Nessa perspectiva entendemos que a volta do informativo da AMAMSUL era urgente. Mas uma volta não só para divulgar os atos da administração, e sim para ser um verdadeiro ponto de apoio de todos os associados.

Sob outro enfoque, neste início de trabalho, além de procurar dinamizar a administração e o escritório da nossa associação, estamos utilizando as forças para integrar os associados. E a integração passa por vários pontos já realizados.

Estivemos nas Comarcas de Três Lagoas e Dourados para ouvir os colegas; atuamos em defesa dos associados perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e os resultados já começaram a aparecer com o arquivamento dos procedimentos. Fora isso, estamos levando os reclamos de todos para a administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, procurando sempre chegar a um termo comum.

Nessa mesma seara, nossa luta pelo restabelecimento de uma política remuneratória digna é uma constante, atuação essa que está ocorrendo também na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e no Congresso Nacional. E em todas essas frentes procuramos sempre o caminho do diálogo, da transparência e da solidariedade para com cada um dos associados.

Em suma, a nossa preocupação é fazer e manter a AMAMSUL com a estatura, postura, posição e comportamento que uma Associação de Magistrados deve ter. O compromisso assumido com os associados começa a ser cumprido.

Olivar Augusto Roberti Coneglian
Presidente da AMAMSUL

Presidente

Olivar Augusto Roberti Coneglian

1º vice-presidente

Wilson Leite Corrêa

2º vice-presidente

Waldir Marques

Secretária - Geral

Elizabete Anache

Secretário-Adjunto

Fernando Chemin Cury

Tesoureiro

Fernando Paes de Campos

Segundo-Tesoureiro

Roberto Ferreira Filho

Diretor de Interior

Luiz Felipe Medeiros Vieira

Diretor DAMEH

Des. Alcécio Tamiozzo

Secretário-Geral DAMEH

Aluizio Pereira dos Santos

Diretor de Esportes

Jackson Aquino de Araújo

Diretor-Adjunto de Esportes

Sideni Soncini Pimentel

Diretor de Prerrogativas

Juliano Rodrigues Valentim

Diretor de Inativos

Des. Nildo de Carvalho

Conselho Deliberativo

Des. José Augusto de Souza (presidente),
Gabriela Muller Junqueira, Mauro Nering Karloh,
Plácido de Souza Neto e Renato Antônio de Liberali.
Suplência: Fernando Moreira Freitas da Silva, Katy
Braun do Prado e Paulo Henrique Pereira.

EXPEDIENTE

O Jornal AMAMSUL é uma publicação da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.

End.: Rua 25 de Dezembro, 37 - Jd. dos Estados

Campo Grande (MS) - CEP 79002-061

Tel. (67) 3312-6300

www.amamsul.com.br

e-mail: imprensa.amamsul@gmail.com

Edição e textos: Marília Capellini

Programação Visual: Leo Alves Maroni Dias

Presidência: Olivar Augusto Roberti Coneglian

Biênio 2011/2012

Nova diretoria assume a Amamsul



Emocionante.

Esta é a palavra que descreve a solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMAMSUL), realizada na tarde do dia 1º de fevereiro, no auditório da Esmagis, na sede campo da associação.

Visivelmente comovido, ao deixar a presidência, o Des. Dorival Moreira dos Santos fez um discurso conciso, lembrando que as adversidades, durante sua administração, foram muitas. “Contudo, não as lamento, pois foram motivadoras”, disse ele, agradecendo aos que trabalharam com ele durante o tempo em que presidiu a entidade.

O novo presidente da associação, juiz Olivar Augusto Roberti Coneglian, em seu discurso, lembrou Barack Obama, citou o cantor e compositor Sérgio Brito e usou uma metáfora para mostrar que a Amamsul pode crescer ainda mais. “Afirmo aos senhores: que bela árvore é a nossa AMAMSUL!, Que belos frutos ela já gerou!, Que ótimos momentos ela já nos proporcionou!”.

Olivar nominou cada novo membro da diretoria, lembrou que as pessoas que assumem a administra-

ção da AMAMSUL têm a consciência de que é impossível iniciar tudo e concluir tudo. “Quando alguém se propõe a cumprir uma tarefa, esse alguém jamais inicia tudo, e jamais conclui tudo, ele na verdade faz parte de um todo. Irá continuar as coisas que já estão feitas

e iniciar pontos novos que só serão terminados por outros. A diretoria que agora é empossada não estaria aqui se não fosse o trabalho de todas as valorosas pessoas que já administraram a AMAMSUL. E o trabalho a ser desenvolvido pelos que agora assumem essa função não vai se esgotar em dois anos, mas vai se estender para ser concluído pelas pessoas que no futuro a administrarão”.

Ao finalizar, o juiz Olivar ressaltou que para se fazer o presente deve-se respeitar o passado e pensar no futuro. “As necessidades e prioridades de hoje não são as mesmas de ontem e provavelmente serão diferentes das de amanhã. (...) Nos sentiremos plenamente realizados toda vez que perguntarem a um associado quem é ele e a resposta for imediata: sou um magistrado!. Mas esse é só o meu patronímico, pois meu nome completo é: Magistrado de Mato Grosso do Sul”.

Com Olivar, fazem parte da nova diretoria os juízes Wilson Leite Corrêa (1º Vice-Presidente), Waldir Marques (2º Vice-Presidente) e Elizabete Anache (Secretária-Geral), Fernando Chemin Cury (Secretário-Adjunto), Fernando Paes de Campos (Tesoureiro),

Roberto Ferreira Filho (Segundo-Tesoureiro), Luiz Felipe Medeiros Vieira (Diretor de Interior), Des. Alécio Tamiozzo (Diretor do DAMEH), Aluizio Pereira dos Santos (Secretário-Geral do DAMEH), Jackson Aquino de Araújo (Diretor de Esportes), Des. Sideni Soncini Pimentel (Diretor-Adjunto de Esportes), Des. Nildo de Carvalho (Diretor de Inativos) e Juliano Rodrigues Valentim (Diretor de Prerrogativas).

Pelo Conselho Deliberativo responderão o Des. José Augusto de Souza (presidente), os juízes Gabriela Muller Junqueira, Mauro Nering Karloh, Plácido de Souza Neto e Renato Antônio de Liberali. Na suplência do conselho estarão os juízes Fernando Moreira Freitas da Silva, Katy Braun do Prado e Paulo Henrique Pereira.



Escola da Magistratura oferece novos cursos em 2011

Cumprindo o propósito de atualização, aperfeiçoamento, extensão e especialização de magistrados, bacharéis e acadêmicos em direito, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMAGIS) está em plena atividade.

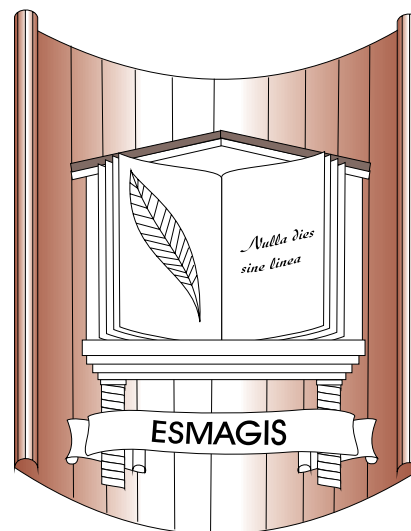
A atual diretoria deu continuidade ao trabalho desenvolvido e, além do tradicional Curso Preparatório ao Concurso da Magistratura, com duração anual de 720 horas/aulas, oferece semestralmente o Curso Intensivo de Técnicas de Redação de Sentenças Cíveis e Criminais, com 60 horas/aulas.

A próxima edição do Curso Intensivo de Técnicas de Redação de Sentenças Cíveis e Criminais começa no dia 26 de abril, cujo público não é apenas para candidatos ao Concurso da Magistratura, mas também a candidatos a assessores de juízes e de desembargadores.

Os interessados em aumentar sua cultura jurídica e ingressar em concursos podem também participar do Curso Preparatório para a OAB, em parceria com o Instituto Cristiano Simões, com 330 horas/aulas.

A ESMAGIS mantém convênio com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), uma das mais conceituadas na capital de Mato Grosso do Sul, e assim pode conferir o título de Especialista em Direito do Estado e das Relações Sociais aos alunos e ex-alunos que complementarem a carga horária do Curso de Preparação à Magistratura, obtiverem média sete, cumprirem 12 h/aula da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa, oferecida pela UCDB, e que, ao final, elaborem trabalho de conclusão do curso (TCC) ou monografia, também sob orientação da UCDB.

Estabelecida na região central da Capital, a ESMAGIS tem na composição da diretoria, biênio 2011/2012, o juiz Odemilson Roberto Castro Fassa (Diretor-Geral); Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva (Diretor de Pesquisa); juiz Aldo Ferreira da Silva Júnior (Diretor de Ensino); juíza Joseliza Alessandra Vanzela Turine (Diretora de Administração) e o juiz Alexandre Corrêa Leite (Coordenador-Geral).



Grupo de Incentivo à Cidadania e Qualidade de Vida



(67) 3354-4456

Rua Rodolfo Lima, 320 - Nova Lima - Campo Grande - MS

TEORIAS “MODERNAS” DO DIREITO PENAL

Romero Osme Dias Lopes *

“A visão moderna do jurista diante do ordenamento jurídico e da administração da justiça é uma visão crítica. Temos consciência de que trabalhamos com um instrumental precário. Os juristas foram durante largo tempo servidores do sistema, sem questionar os privilégios que estabelece. Temos hoje os olhos abertos à realidade social e os pés firmemente plantados no chão. Devemos ser, por isso, instrumento de renovação e de permanente busca de alternativas, para a construção, como queria Radbruch, não só de um direito penal melhor, mas, sim, de algo melhor que o direito penal.”

Assim concluiu Heleno C. Fragoso o seu discurso proferido em 1984, na abertura do VI Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, em Belo Horizonte, onde se reuniam alguns dos expoentes da sociedade jurídica brasileira para a reforma da legislação penal.

Como se vê, muitos anos se passaram e se constata que o enunciado acima não sofreu muita modificação, embora importantes transformações no cenário penal estejam ocorrendo, mas muito há de ser feito diante de um sistema que não resolve a questão da criminalidade e o aumento da massa carcerária.

A título de introito, ainda poderia invocar Immanuel Kant (Fundamentação à metafísica dos costumes, edição de 1785), citado por Luis Roberto Barroso na sua obra Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, f. 250: “a dignidade da pessoa humana é a ideia que informa, na filosofia, o imperativo categórico kantiano, dando origem a proposições éticas superadoras do utilitarismo: a) uma pessoa deve agir como se a máxima de sua conduta pudesse transformar-se em uma lei universal; b) cada indivíduo deve ser tratado como um fim em si mesmo, e não como um meio de realização de metas coletivas ou de outras metas individuais”. Barroso

pontifica, ainda, que “a dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio subjacente ao grande mandamento de origem religiosa, do respeito ao próximo. Todas as pessoas são iguais e têm direito a tratamento igualmente digno”.

Portanto, utilizando-me de axiomas de ordem religiosa (não para quem os decora, mas para quem os pratica, não me esquecendo de dizer que ainda sou cético), filosófica e de



um conceito fundamental constitucionalmente tido como valor supremo da democracia, inicio estas reflexões, entendendo não ser possível julgar um ser humano lançado em condições subumanas e desrespeitado em seus direitos básicos e em suas garantias fundamentais, mormente em relação aos direitos humanos e respectiva proteção do Estado.

A hipertrofia legislativa com as edições de leis extravagantes e alterações do Código Penal ainda à sombra do ultrapassado pensamento de que o recrudescimento das penas pode tornar o sistema mais eficiente,

não alcança a realidade e a consciência do já mencionado Estado Democrático de Direito inaugurado com a Constituição da República em 1988.

E enquanto o magistrado não tiver a consciência mínima de que sua atuação é imprescindível para equilibrar o modelo repressor-punitivo após estabelecidos e atingidos os princípios constitucionais vigentes, substituindo o direito penal intervencionista pelo direito penal constitucional, pouco percorreremos no bom caminho de torná-lo mais atual, justo e humano.

Nessa trilha, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul já desponta com entendimentos que revelam essa análise sistêmica do ordenamento jurídico, lançando mão de teorias (não tão – vide introdução ao presente) modernas, objetivando a efetivação da atividade jurisdicional que está em desequilíbrio com o recrudescimento do imperativo estatal.

Algumas dessas teorias podem ser apenas nominadas no presente trabalho, em decorrência do espaço concedido pela AMAMSUL, mas que serão devidamente explanadas em edições posteriores, caso os leitores me dignifiquem dispondo-se a considerar aquelas que melhor se coadunam com a visão moderna do direito penal constitucional. Ei-las: tipicidade conglobante, direito penal mínimo, garantismo penal, princípio da insignificância (infração bagatela própria e imprópria), imputação objetiva etc.

Afinal, e isto precisa ser dito, manter-se guardião da liberdade humana e nunca delegar a quem quer que seja o imperativo da defesa da dignidade deve ser o único axioma a comandar a magnanimidade da função jurisdicional.

* o autor é Desembargador do TJMS

Entrevista: Des. Jesus de Oliveira Sobrinho

COMO ERA A AMAMSUL NO INÍCIO



A Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMAMSUL) foi criada em julho de 1978, quando 25 juízes se reuniram na região Sul de Mato Grosso, alguns meses antes da divisão do Estado de Mato Grosso Uno e o surgimento de Mato Grosso do Sul. No entanto, quem observa a estrutura na época da criação da entidade, desconhece as dificuldades enfrentadas antes da divisão do Estado.

Que tal uma volta pelo túnel do tempo para saber como foi a evolução do processo? Com a palavra o Des. Jesus de Oliveira Sobrinho, desembargador aposentado, que conta em detalhes as ações adotadas antes da divisão para a formação de tão importante e significativa entidade. Vale a pena lembrar!

Quando houve a divisão do estado em MT/MS o sr. era juiz e participou ativamente das tratativas para a criação de uma associação de magistrados. Conte-nos como foi.

Jesus: Antes de qualquer coisa, precisaremos retroceder um pouco mais para que se tenha uma visão da época. Em 1968, as comunicações no Estado eram precaríssimas. Além da grande extensão do Estado (MT), não

havia asfalto e para usar o telefone tínhamos que ir ao centro da cidade solicitar a ligação, que nem sempre saía no mesmo dia. As notícias a respeito do tribunal eram obtidas por meio do diário oficial, que chegavam uma ou duas vezes por semana em Campo Grande e ao sul. Em 1968, eu era juiz em Dourados.

Nessa época, vindo do estado de São Paulo, ingressou na magistratura Alceu Soares Aguiar, hoje registrador e tabelião em Dourados. Com a experiência que já tinha da associação dos magistrados de São Paulo, resolveu ele sugerir a criação de uma associação para defender os interesses da magistratura de MT. Usando um estêncil para reproduzir cópias, ele enviou ofício aos juízes do Estado, solicitando que se reunissem em Cuiabá para criação da associação de magistrados.

Houve interesse dos juízes em participar ?

Jesus: Saímos do sul, eu, Milton Malulei, que era juiz em Dourados, Athayde Nery de Freitas, juiz em Ponta Porã, Alceu Soares Aguiar, titular em Fátima do Sul, Augusto Benitez Tiese, de Bataguassu. Saímos em um AERO WILLYS, pois nenhum outro magistrado do sul se interessou em ir.

O sr. sabe dizer por que não houve mais interessados?

Jesus: Parece que o Tribunal não aceitou muito bem a ideia da criação de uma associação, pois os desembargadores entenderam que a entidade seria criada para se contrapor às diretrizes do tribunal. É bom registrar que, naquela época, o Tribunal não tinha autonomia administrativa e financeira, adquirida com a Constituição de 1988. Assim, se o magistrado precisasse de uma máquina de escrever ou de uma mesa, tinha de solicitar ao Poder Executivo. Se precisava de funcionários, pedia ao Executivo a

abertura de concurso, que realizava e nomeava os servidores.

Por parte do Tribunal, havia muito constrangimento em reivindicar direitos no Poder Executivo e, de certa forma, o Poder Judiciário era dependente daquele. Se o juiz tinha direito a um adicional por tempo de serviço, por exemplo, este era requerido ao governador. Abria-se um procedimento e o deferimento vinha um ou dois anos depois. Os recebimentos eram somente a partir do ato do governador, sem direito aos atrasados. Quando viajavamos, respondendo por outras comarcas, arcávamos com as despesas: não havia diária, nem ajuda de custo, não havia nada. Por isso a necessidade de se criar a associação.

Como foi a reunião em Cuiabá?

Jesus: Reunimo-nos no dia 8.12.68, no salão nobre do antigo prédio do tribunal de MT e nenhum juiz de Cuiabá compareceu. Só por esta informação já se pode imaginar o clima da época. Enfim, compareceram o Des. João Antonio Neto, o Des. Leão Neto do Carmo e Des. Oscar Ribeiro Travassos. Para evitar qualquer mal-estar, elegemos o Des. Travassos, que não acreditava muito na importância da associação e limitou-se, no tempo dele, a registrar os estatutos. O tempo passou e a associação ficou praticamente sem dirigente, porque somente os juízes do sul se interessaram. No norte, ninguém demonstrou interesse.

Alguns meses depois, em 1973 ou 74, quando eu já estava no Tribunal e era Corregedor, o presidente do TJMT, Des. Milton Armando Pompeu de Barros, convocou uma assembleia geral para eleger uma nova diretoria da associação. Disputaram os desembargadores Leão Neto do Carmo e Domingos Sávio Brandão Lima, que venceu a eleição.

Qual era o perfil do presidente eleito?

Jesus: Para se ter uma ideia de como era este alagoano, depois da revolução, precisava-se fazer uma Constituição e o presidente Fragelli convocou uma equipe de três notáveis para elaborar um projeto de resolução. No dia seguinte, ele levou o anteprojeto pronto, datilografado na máquina de escrever. Brandão Lima era trabalhador, diligente e muito bem relacionado. Conhecia as associações.

Ele tinha feito a Escola Superior de Guerra e, por ser muito bem relacionado, fuçava para todo lado para saber como melhorar. Mas tudo era limitado porque dependia do Executivo. Como a falta de recursos era muito grande, o Domingos Sávio viu nos outros estados a famosa tabela que estabelecia em todos os atos processuais, notariais e de registro, um valor em favor da associação. Naquele tempo, a Corregedoria preparava um novo projeto de regimento de custas e ele pediu para incluir uma contribuição para a associação. Foi o ponto de partida.

Isso significa que a associação dos magistrados começou a caminhar?

Jesus: Nós promovemos congresso, reuniões, mas tudo era muito difícil. O presidente seguinte foi O Des. Mauro José Pereira e foi um período que manteve, sem grandes inovações. Em seguida, fui eleito e tive como secretário Benedito Pereira dos Nascimento – um homem muito organizado. Foi nessa época que passamos a conhecer o associado e sua família, porque abrimos uma ficha e pedimos informações, para ter o quadro de associados devidamente estabelecido.

Nessa mesma época, conseguimos um regulamento de utilidade pública e, por incrível que pareça, abrimos uma conta no banco para administrar os recursos da associação: a primeira conta. Conseguimos, quando o centro político-administrativo do Estado estava sendo construído, a doação de uma quadra para a construção da futura sede da associação. O governo Garcia Neto doou o local onde foi construída a sede da associação. Chamava-se AMAM. Conseguimos

também doação de uma área em Jaciara, onde construímos uma sede para o magistrado que quisesse passar o final de semana com a família.

Em que época estamos?

Jesus: Em 1977/78, quando foi eleito o Des. Milton Armando Pompeu de Barros e seu vice, Athayde Nery de Freitas. Conseguimos então, em Coxim, a Ilha do Governador, onde construímos uma sede muito bonita e conseguimos até levar energia. Quem trabalhou muito para isso foi o então juiz Rêmolo Letteriello, contudo, antes da inauguração, a maior enchente de Coxim abriu a ilha pelo meio e levou tudo. Nunca pudemos aproveitar.

“**Vejo uma evolução muito grande entre nossa antiga associação e a atual**”

Pouco tempo depois de eleito, o Des. Milton renunciou e assumiu o juiz Athayde, que já estava em Dourados. Como ele residia longe da Capital, imagine as dificuldades. Assim a associação ficou meio parada até agosto de 1978, quando nos reunimos em nova assembleia, em Dourados, porque o estado de Mato Grosso do Sul seria instalado no dia 01.01.79. Reunimo-nos para solicitar que fosse definido o nome dos quatro desembargadores que iniciariam o Poder Judiciário de MS. Queríamos funcionar como todo o resto a partir de 1º de janeiro.

Houve uma reunião dos juizes no território de MS para eleger a nova diretoria e finalmente criar a associação de MS. Rêmolo foi eleito o primeiro presidente da AMAMSUL. Com a divisão

do Estado, houve também a separação do patrimônio. A AMAM ficou com os imóveis no norte e a AMAMSUL, com o dinheiro depositado. O Rêmolo comprou o terreno e iniciou a construção da sede. Havia a contribuição dos juizes, embora fosse insignificante. A grande fonte de renda era a tabela.

O sr. acompanhou todos os passos que resultaram na criação da AMAMSUL. Está muito diferente?

Jesus: Vejo uma evolução muito grande entre nossa antiga associação e a atual. Especialmente dado o maior interesse dos juizes, facilidade de comunicação, estrutura melhor para atender as reivindicações. As conquistas são maiores.

As associações hoje têm uma incumbência muito grande, do meu ponto de vista. Primeiro, a função social, de congregar os juizes; depois, a função cultural, pois é a associação que age na atualização dos juizes, de cursos – sem falar na assistência que presta ao magistrado. Isso sem mencionar o plano de saúde, porque a associação presta uma assistência muito grande no plano de saúde. Acho que encaminha bem os interesses da magistratura.

A associação é o canal pelo qual o juiz reivindica, expõe seus problemas e até protesta contra alguma norma que entende não ser adequada, porque o juiz precisa de uma instituição que aja em nome dele para não ficar individualizado. O magistrado não pode agir individualmente, seja quando protesta, seja quando reivindica, porque isso pode trazer consequências – motivo pelo qual precisa da associação.

Como definiria a experiência de ser presidente de uma associação de magistrados?

Jesus: A presidência de uma associação é uma função de auto-sacrifício, mas que acho que é dever de todo associado convocado exercer essa função. Mas é uma função para ser exercida uma única vez.

AMAMSUL realiza Campeonato Regional de Futebol

A AMAMSUL está se preparando para receber de 20 a 24 de abril as delegações dos estados de Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso para a disputa do Campeonato Regional da Região Centro-Oeste. O evento será realizado na sede campo da entidade.

Todos os anos o campeonato é realizado com alternância dos Estados-membros da região, quando se classificam os três melhores que disputarão o Campeonato Nacional no segundo semestre.

Os locais são previamente designados em uma reunião que se realiza em Brasília, na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com a participação de todos os Estados da federação.

O diretor de Esportes da AMAMSUL, Jackson Aquino de Araújo, lembra que para preparação dos campeonatos aproveitam-se as datas da Escola Superior da Magistratura, quando os juízes comparecem à Capital para os cursos de aperfeiçoamento. Os treinos são aos sábados e os magistrados que moram na Capital treinam todas as quartas-feiras e aos sábados.

São quatro categorias de disputa: Livre, com participantes de qualquer idade; Master, de 38 anos acima; Sênior, de 48 anos acima, e Super-Sênior, com pessoas acima de 55 anos. Para participar dos campeonatos é necessário ser magistrado e estar filiado a AMB.



PROGRAMAÇÃO

Dia 20.04 (quarta-feira)

20h – Congresso Técnico

Local: Sede Campo da AMAMSUL

Dia 21.04 (quinta-feira)

07h30min – saída das delegações dos hotéis

08h30min – início da 1ª Rodada

16h30min – saída das delegações dos hotéis

17h30min – início da 2ª Rodada

21h ou ao término da rodada haverá um churrasco para os presentes

Dia 22.04 (sexta-feira)

Manhã livre

16h30min – saída das delegações dos hotéis

17h30min – início da 3ª Rodada

Dia 23.04 (sábado)

07h30min – saída das delegações dos hotéis

08h30min – término da 3ª Rodada

16h30min – início da 4ª e última Rodada

21h – jantar de encerramento com premiação.

Dia 24.04 (domingo)

Retorno das delegações

Pelo calendário 2011 da AMB, na modalidade Futebol, as Regionais serão realizadas:

Sul (Porto Alegre – RS) – 20 a 22 de maio;

Sudeste (Vitória – ES) – 14 a 17 de abril;

Centro-Oeste (Campo Grande – MS) – 20 a 24 de abril;

Norte (Macapá – AP) – 23 a 26 de junho;

Nordeste (Maceió – AL) – 11 a 14 de agosto;

As rodadas do Nacional estão programadas para:

Categoria Livre (Cuiabá – MT) – 11 a 15 de novembro;

Categoria Master (Florianópolis – SC) – 14 a 18 de setembro;

Categoria Sênior (Vitória – ES) – 20 a 23 de outubro;

Super Sênior (João Pessoa – PB) – 7 a 11 de setembro;

Modalidade: Tênis

Regional Sul (Porto Alegre – RS) – 15 a 17 de abril;

Nacional (São Paulo – SP) – 22 a 25 de setembro.

Diretoria da Amamsul visita presidente do TJMS

Dez dias depois de tomar posse para administrar os rumos da mais importante associação sul-mato-grossense, os membros da nova diretoria da AMAMSUL estiveram no Tribunal de Justiça para uma visita institucional.

Os juízes e o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Luiz Carlos Santini, discutiram vários assuntos e a entidade firmou convênio com o TJMS para ser parceira na próxima edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), que será realizado em maio, na cidade de Bonito.

Santini aproveitou para anunciar que, no primeiro semestre,



visitará as principais cidades de cada microrregião, dentre as quais Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Bonito e Coxim para falar dos objetivos e metas da nova administração do Poder Judiciário.

Da reunião participaram os juízes Olivar Augusto Roberti Coneglian (presidente da AMAM-

SUL), Wilson Leite Corrêa (1º Vice-Presidente), Fernando Paes de Campos (Tesoureiro), Elizabete Anache (Secretária-Geral), além dos desembargadores Luiz Carlos Santini (Presidente do TJMS) e Rêmolio Letteriello (ex-presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais em MS e coordenador do FONAJE em território sul-mato-grossense).

Comarca de Sonora prepara Ação Cidadã para o segundo semestre

Objetivo é o de difundir a cultura da conciliação nos acadêmicos de Direito, já que muitos problemas podem ser resolvidos pelos advogados, sem a necessidade de bater às portas da justiça. Assim, a juíza Tatiana Decarli realizou na Comarca de Sonora, em 2010, uma Ação Cidadã. E em 2011 pretende expandir a proposta.

De acordo com a juíza, a ideia não é nova. Ela trouxe para a comarca de Mato Grosso do Sul uma experiência vivida em Rondônia, estado que desenvolve uma ação chamada Justiça Rápida, desde 1998.

“Fizemos uma Ação Cidadã nos moldes de uma ação global

e, para isso, busquei voluntários entre acadêmicos de Sonora e Pedro Gomes, uma cidade próxima. O número de estudantes voluntários me surpreendeu. Fizemos audiências de conciliação sem que houvesse processo. Foram bons resultados, pois somente em dois casos não conseguimos o acordo entre as partes”, contou ela.

Preparação – Antes de permitir que os voluntários realizassem conciliações, a juíza estendeu aos acadêmicos algumas noções e técnicas de conciliação. Tudo com a integração Judiciário/ Ministério Público/ Defensoria Pública.

“Este ano, no segundo semestre, faremos diferente. Na primei-

ra experiência havia muitos serviços disponibilizados, utilizamos uma escola e a participação da sociedade nas audiências me pareceu um pouco tímida. Em 2011 faremos outra Ação Cidade, mas de forma continuada. Desta forma, já comecei os preparativos. Vamos cadastrar os acadêmicos voluntários, prepará-los com as noções oriundas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça, e realizar as audiências no Fórum. Faremos em dias em que não existam audiências agendadas para permitir uma supervisão total nas audiências com os voluntários. Estou bastante otimista com nosso projeto”, concluiu.

Pela solicitação de vários associados em ter, ou uma alternativa, ou um acompanhamento em relação aos planos de saúde já existentes, a atual diretoria da AMAMSUL teve contato com quatro outros planos para saber qual deles melhor atenderia. Dos candidatos originais, dois ofereceram melhores condições: OMINT e LINCX. Será feita enquete para saber sobre eventual interesse e preferência.

Para facilitar a liberação de exames, consultas e procedimentos perante a UNIMED/Campo Grande, a AMAMSUL disponibiliza um serviço a todos os associados. As solicitações devem ser feitas ao Departamento de Saúde da entidade, que estas serão encaminhadas pessoalmente até a sede da Cooperativa Médica, três dias da semana.

A nova administração está retomando os convênios que existiam com a AMAMSUL e formulando novos, principalmente no que diz respeito à área de seguro e clínicas médicas.

Na segunda semana de abril entrará no ar o novo site da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMAMSUL) pelo www.amamsul.com.br

Alunos de Bandeirantes são preparados para conciliação



Uma iniciativa inovadora destacou a comarca de Bandeirantes em 2010 e os resultados foram tão bons que o projeto continua em 2011. O juiz Fernando Moreira Freitas da Silva, titular da comarca, preparou alguns alunos do ensino médio para atuar na área de conciliação.

Os estudantes foram escolhidos pelo critério redação e, posteriormente, por entrevista. Para iniciar o Projeto Conciliar, o juiz estabeleceu parceria com escolas, Ministério Público, Defensoria Pública, polícia e até Previdência Social – enfim, toda rede de instituições envolvidas na Semana da Conciliação, realizada anualmente em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça.

Importante que se diga que o Projeto Conciliar nasceu da ideia do juiz de se aproximar das escolas, trazendo alunos do segundo grau para ajudar na resolução dos conflitos. Assim, ele preparou nove alunos, oferecendo-lhes aulas de conciliação. Ele explicou que a intenção é levar esses colaboradores para a área rural, cujo foco principal de atuação é a área de família: pensão alimentícia, divórcio, guarda de filhos, aposentadoria, além de pequenas disputas entre vizinhos.

“Uma segunda etapa está sendo planejada para este ano. Talvez se transforme em um novo projeto, pois pretendemos preparar esses estudantes para a Semana da Conciliação, do Conselho Nacional de Justiça, e eles atuarão no Fórum. Tenho certeza que será muito bom”, disse o juiz.

Ao desenvolver projetos como este, o juiz demonstra empenho em aproximar a escola do Poder Judiciário, pois reconhece na instituição escolar uma interessante parceria para a pacificação social. Em 2010, a equipe atuou duas vezes em novembro, em Jaraguari, município pertencente àquela comarca. Este ano, o Projeto Conciliar já começou com ações em janeiro e a próxima já está agendada para abril.

Sobre a iniciativa, o juiz comentou: “Acreditamos na necessidade de formação de uma rede que envolva o maior número possível de instituições. A escola se tornou a principal parceira neste projeto. O resultado foi positivo. Os alunos demonstraram grande interesse em colaborar com o Poder Judiciário, resolvendo conflitos e levando a Justiça para os locais mais distantes da comarca”.

Saiba mais – Para implantar o projeto, Fernando Moreira selecionou os 10 melhores estudantes da escola secundarista de Bandeirantes por meio de redação e entrevistas. Estes alunos foram preparados com formação teórica e prática para realizarem a conciliação nas áreas rurais de Bandeirantes e Jaraguari.

Um dado interessante: como o critério foi redação, não foi possível mesclar participantes do sexo masculino e feminino, porém as meninas se destacaram e são maioria na equipe conciliatória.

A AMAMSUL CONVIDA OS SEUS ASSOCIADOS PARA CONHECEREM A JUSPREV

Com o objetivo de oferecer aos seus associados a oportunidade de planejar uma aposentadoria tranquila e segura, a AMAMSUL fundou a JUSPREV-Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira.

O QUE É A JUSPREV ?

A JUSPREV é uma Entidade sem fins lucrativos, instituída exclusivamente para os membros das Associações de carreiras jurídicas públicas do Brasil. Está em pleno funcionamento desde 5 de agosto de 2008, contando com 52 Associações Instituidoras, mais de 1800 participantes e patrimônio do Fundo superior a R\$ 23 milhões.

POR QUE INGRESSAR NA JUSPREV?

- **BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO**, podendo deduzir até 12% da renda bruta anual da declaração do imposto de renda.
- Taxas diferenciadas em relação às cobradas pelos Bancos. Na JUSPREV, a **TAXA DE GESTÃO DOS ATIVOS É 0%** (taxa que incide sobre o patrimônio do participante).
- Quem ingressou no serviço público após a E.C. nº 41, de 19 de dezembro de 2003, **PODERÁ NÃO CONTAR COM A INTEGRALIDADE E A PARIDADE NA APOSENTADORIA** (confira no site da JUSPREV decisão recente do Conselho Nacional do Ministério Público nesse sentido).
- A JUSPREV possui um **BENEFÍCIO EXCLUSIVO** - a Renda Mensal Educacional - com o objetivo de custear o estudo acadêmico dos filhos, netos e crianças carentes.
- Centenas de participantes transferiram os recursos financeiros (PORTABILIDADE DE PGBL'S) sem incidência de tributação, obtendo **MAIORES RETORNO E RENTABILIDADE**. Pesquise e compare.

**Agora que conhece alguns motivos para ingressar na JUSPREV,
Clique [Aqui](#) para preencher a ficha de adesão ou, se preferir, solicite
atendimento personalizado.**

Garanta no presente a tranquilidade do seu futuro e das pessoas que ama.



(41) 3252 3400 / jusprev@jusprev.org.br / www.jusprev.org.br

Boas-vindas à nova administração da AMAMSUL

“Nesses quase dois meses de gestão, pude perceber que a atual diretoria da AMAMSUL parece disposta a manter um canal de comunicação mais constante com os magistrados”.

juiz Egúiliell Ricardo da Silva

“O juiz Olivar é um magistrado de primeira linha, excelente pessoa, e isso está no sangue, pois o pai dele é um juiz reconhecido nacionalmente. Muito competente, tenho certeza que sua administração na AMAMSUL será uma das mais profícuas que a entidade já teve”.

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

“A dedicação exclusiva do presidente da AMAMSUL, afastado de suas funções jurisdicionais, traz mais esperança aos associados”.

juiz Deni Luis Dalla Riva



“Desejo muita sabedoria aos integrantes da nova gestão. Possam eles erigir o Judiciário Sul-mato-grossense com muita transparência, honradez e respeito aos servidores e magistrados.”

juiz Vinícius Pedrosa Santos

“Espero que a nova administração da AMAMSUL consiga resgatar a dignidade da magistratura estadual”.

juiz Vilson Bertelli



“Olivar trouxe um novo ânimo aos associados da AMAMSUL, que ganhou força para a defesa de nossas prerrogativas”.

juiz Eduardo Lacerda Trevisan

“Apesar do pouco tempo na AMAMSUL, o Olivar já demonstra seu total compromisso, responsabilidade e competência na representação de uma entidade tão importante. Em especial, tenho a parabenizar a atual administração que não tem medido esforços para assegurar os direitos e prerrogativas em favor de toda magistratura estadual”

juiz Thiago Nagasawa Tanaka

Em tempos atuais, não há dúvida acerca da importância da representação de classe, entre nós exercida pela AMAMSUL. Dada a relevância, depositamos todo o crédito na nova diretoria, na defesa incondicional de nossos direitos e prerrogativas.

juiz Carlos Alberto Garcete de Almeida

“Que a nova administração seja bem-vinda, iluminada e capaz de conduzir com eficiência os rumos da nossa associação nesta época de tantas mudanças. É bom ver novas lideranças desabrochando e transbordando otimismo, que certamente se revelará numa honrada competência”.

juiz David de Oliveira Gomes Filho